REFLEXÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE **FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS.**

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie, em cuja Faculdade de Direito foi Titular
de Direito Constitucional e Econômico e Presidente do Centro de Extensão
Universitária – CEU.

-|-

No X ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL, coordenado com a eficiência de sempre por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, expus questão levantada, quando de minha participação na Comissão de Juristas do Tribunal Superior Eleitoral, que elaborou anteprojeto de lei eleitoral enviada ao Congresso Nacional, à época em que o presidia o Ministro Carlos Mário Velloso.

Apresentei, na ocasião, sugestão, aceita pela referida Comissão, para financiamento de campanhas eleitorais, no sentido de estabelecer-se duplo controle, da Justiça Eleitoral e da Receita Federal, sugestão essa incorporada ao texto do anteprojeto pelo Tribunal enviado ao Congresso.

No passado, a lei orgânica dos partidos políticos os definia como pessoas jurídicas de direito público, com o que as doações poderiam ser dedutíveis com base nos artigos 304 e 306 do RIR/94, que permitiam tal dedução até o limite de 5%. Muitos, entretanto, contestavam tal possibilidade, não se permitindo, quando da criação dos bônus de campanha, tal dedução. A Lei 9.096/95 revogou a COPP e modificou o Código Civil em seu artigo 16, assim redigido:

"São pessoas jurídicas de direito privado:

- I. as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações;*
- II. as sociedades mercantis",*

ao acrescentar, pelo artigo 1º, uma terceira classe de pessoas jurídicas de direito privado, sendo sua dicção a seguinte:

"O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal".

A polêmica, pois, desapareceu após 20/9/95, visto que acatou a orientação, a meu ver inconstitucional, do Ato Declaratório 31/94, que negava a dedutibilidade para as campanhas eleitorais de 1994. Por esta razão, vale a pena retornar ao tema, não sem antes fazer breve história da luta pelo Poder.

Tema relevante, no estudo do Estado, é aquele relacionado com o poder. O que leva os homens a buscá-lo, a lutarem pela euforia da conquista ou à frustração da derrota, eles que são uns pobres condenados à morte?

Knox, em britânica e humorística observação, concluiu que pelo que fazem os homens, tem-se a impressão de que é a alma que vai durar dez, vinte, cinqüenta anos e não o corpo, que nesta visão deturpada, tornando o provisório "permanente", parece levar o homem a querer eternizá-lo.

O certo é que a luta pelo poder está na essência da natureza humana, tendo todos os sociólogos, historiadores, políticos, juristas, economistas, em algum momento de sua reflexão acadêmica, que se defrontar com o mistério do poder.

Norberto Bobbio, quando procura compreender as formas de governo, enfrenta a excitante questão, a partir de realidade que impressiona, qual seja, a de que, se todas as ciências evoluíram, a ciência vinculada à anatomia do poder tem permanecido estática, sem grandes alternativas, ofertando pálido e mediano quadro evolutivo aos estudiosos, visto que a "praxis" humana de seu exercício acarreta repetições monótonas e fracassos permanentes.

Outro dia, ao ler o primeiro dos 13 volumes de uma História Universal, o qual abrangia os primeiros 4.600 anos de história narrada, verifiquei o infundável discorrer de nomes de todos os governantes das diversas civilizações asiáticas, período que é nulo se comparado aos quinze bilhões

de anos de existência do universo, e fiquei a meditar o que, para cada um destes homens, que se destacaram em sua época, aquela luta significara. Que alegrias e frustrações tiveram e como enfrentaram a morte, que, para a grande maioria, veio ceifar-lhe o poder, enquanto ainda o exercia.

A história guardou seus nomes --e não os da legião de outros homens importantes que os cercaram-- mas na esmagadora maioria das vezes, apenas como mero referencial bibliográfico.

Voltando, todavia, ao tema deste trabalho, verifica-se que a origem do poder está na origem do homem e conformam-se, as duas, com a origem do direito. Sem direito, ainda que arbitrário, não há poder. Mesmo que o direito seja o poder arbitrário.

Robinson Crusóé em verdade não tinha como exercer o poder. Ele era o senhor natural das coisas e não as tinha que disputar com ninguém. O direito inexistia para Robinson Crusóé, visto que não tinha que dividir o que possuía com outrem e tudo o que via podia ser seu, sem problemas de combates ou discussões.

O "homem-só" não precisa do direito social, comunitário, visto que possui aqueles direitos que lhe são inerentes e próprios (à vida, à liberdade, ao exercício da sobrevivência etc.). Não tem, pois, necessidade de regulá-los à luz do direito de terceiros para que sua propriedade natural e material seja delimitada.

Quando Sexta-feira aporta à ilha de Crusóé, a questão jurídica se coloca, posto que, a partir de sua chegada, Robinson Crusóé é obrigado a dividir sua propriedade, ou seja, os seus direitos sobre a propriedade material e

imaterial. É obrigado a definir quem comanda o processo decisório de produção do direito e como fazê-lo.

Mesmo na Utopia, onde a posse da propriedade material deixa de ser preocupante para os detentores do poder, a fonte produtora de direito, para o exercício daqueles materiais, estava no poder, posto que a ilha fantástica de More tinha o seu governo superior, ou seja, um governo de princípios e de leis.

A anatomia do poder é a anatomia do direito, pois que a anatomia do direito é a anatomia da vida em sociedade.

As fontes produtoras do direito estão no poder mais do que na própria sociedade, posto que apenas muito recentemente foi possível à sociedade influenciar decididamente na formulação do direito e na composição do poder.

Entendo que a humanidade passa, em matéria de poder, por três estágios, a saber: aquele primeiro em que, por serem as comunidades pequenas, todos dele participam e influenciam o seu exercício, produzindo, pois, o direito com o poder; a segunda fase, em que as comunidades crescem e a sociedade sofre o impacto do distanciamento do poder, influenciando pouco a produção do direito; e a fase atual, em que, à medida que o conceito de democracia evolui, a comunidade volta a exercer certa pressão e ter forças para co-produzir o direito, junto com os detentores do poder.

As três fases são de particular relevância para compreensão da evolução da humanidade, à luz de seu único instrumento válido e eficaz de convivência, que é o direito.

E neste ponto vale a pena uma breve reflexão sobre a natureza humana quando detentora do poder, visto que a deterioração permanente do direito reside na inconfiabilidade do homem governante.

Quando o homem deseja o poder, sua ambição é voltada para si mesmo, raramente sendo voltada para a comunidade. Por astúcia, por habilidade, pode o homem no poder procurar o bem da comunidade, ofertar um ideal de grandeza da pátria, mas o que o político busca é a sua auto-realização. O poder vale pelo poder e tudo se justifica, como Rotrou dizia, se o poder for a meta. Creon, na palavra de Racine, ao lutar e afastar seus filhos do trono, eliminando-os sem sofrer, dizia que a honra de ser pai é permitida a todos os mortais, mas apenas a alguns é permitida a honra de ser rei.

Como o homem não é confiável no poder, idealizou Montesquieu a separação de poderes, a partir das lições de Locke e da experiência inglesa, para que o poder controlasse o poder. Não obstante a teórica indicação dos meios capazes de controlar o poder, tal controle não ganhou dimensão que pudesse alterar a perspectiva de todos aqueles que o exercem, qual seja mandar, comandar, ter força, ser senhor.

E nisto talvez resida o fracasso permanente do direito, cuja crise está no fato de os homens produtores do direito não o produzirem para a comunidade, mas em causa própria, com o que as leis positivas surgem, no mais da vezes, incentivando a conciliação de objetivos diversos e inconciliáveis, ou seja, o bem da comunidade, à custa do governo --pois para ela é que o direito deveria ser voltado-- e o bem do governo, à custa da comunidade, que é o que busca o detentor do poder, no momento em que produz e aplica o direito.

A grande crise mundial do direito, através da história, não é senão a crise do exercício do poder a partir dos objetivos distorcidos daqueles que o empalmam.

-III-

Talvez aqueles que melhor tenham refletido sobre o poder até os dias correntes foram os gregos, a partir de uma concepção naturalista da política, do direito e do universo.

Com maior ou menor intensidade, Tales Anaximandro, Anaxímenes de Mileto, Pitágoras e Melisso de Samos, Xenófanés de Colofar, Heráclito de Éfeso, Parmênides e Zenão de Eléia, Empédocles de Agrigento, Filolau de Crotona, Arquitas de Tarento, Anaxágoras de Clazômenas, Leucipo de Mileto e Demócrito de Abdera procuraram explicar o universo a partir de uma concepção naturalista, cujo ordenamento social, explícita ou implicitamente, nos textos preservados, a acompanhou por via de consequência.

São, todavia, Sócrates, Platão e Aristóteles que ofertam um tipo definitivo à política e ao Estado.

Depois deles, pouca coisa é acrescentada ao pensamento filosófico, não obstante uma legião de grandes nomes terem aparecido, desde então. Políbio, Kant, Montesquieu, Montaigne, Spinoza, Nilton, Leibnitz, Maquiavel, Vico, Locke, Hume, Descartes, Hart, Hegel e muitos outros.

Todos trouxeram uma pequena contribuição pessoal, se comparada à genial concepção dos três filósofos citados.

Embora sem nenhuma preocupação específica para o direito, mas com uma preocupação global voltada para a filosofia e só decorrencialmente para o direito, enquanto parte dela, avançam os três filósofos por terrenos novos, desbravadores, nunca antes veiculados de forma tão harmônica.

Acredito, todavia, que o grande momento de concepção entre os gregos encontra-se nos diálogos de Platão, quando retrata a discussão entre Cálicles e Sócrates sobre o direito natural à natureza das coisas.

Creio que nesse texto se estabelece a regra a justificar a convivência entre o direito positivo e o direito natural e a razão de ser da participação equilibradora do Estado, se não voltada para o exagero, o arbítrio e o confisco.

Na discussão, Cálicles alega ser o Estado elemento perturbador das relações humanas por ir contra a natureza das coisas. Segundo ele, o forte tem naturalmente direito à sua fortaleza e o fraco direito à sua fraqueza. Desta forma, o fraco nasceu para obedecer e o forte para comandar, segundo a natureza das coisas. Por tal raciocínio, o Estado quando protege o fraco contra o forte, age contra a natureza das coisas, de tal forma que turva a evolução da humanidade, na medida em que tira poder dos fortes, que sabem o que fazer com ele, e o dá aos fracos, que não sabem o que fazer, provocando, tal intervenção indevida, um descompasso entre o direito e a realidade das coisas.

Sócrates responde que o raciocínio é falso. É que a natureza das coisas está em igualar os desiguais para que a evolução se faça mais rapidamente. Se poucos os fortes e muitos os fracos, sem a proteção do Estado os fracos tendem a desaparecer e os fortes não têm como exercer sua fortaleza. O Estado é, portanto, o elemento regulador que permite aos fortes continuarem naturalmente forte e aos fracos legalmente fortalecidos para que a harmonia se faça em projeção de maiores potencialidades para uns e outros.

De rigor, o diálogo entre Cálicles e Sócrates estabelece o grande sentido do princípio da igualdade, na visão que a Revolução Francesa nunca conseguiu perceber, posto que a nivelação dos desiguais permite o fortalecimento da igualdade. Todos têm que ser tratados igualmente na medida de suas desigualdades.

A influência da filosofia grega foi de tal ordem que após o seu aparecimento passa a ser impossível governar o mundo sem adaptar o direito à nova visão do homem em sociedade. Sem a filosofia grega, não haveria o direito romano, que, como se verá, não deixa de conhecer a descoberta das potencialidades do homem em sociedade e as regras, a partir de uma concepção pragmática e útil.

-IV-

A política e o direito se interligam no pensamento filosófico desde os primeiros escritos, sendo que Toynbee atribui a cinco grandes pensadores do mundo curiosa interligação na percepção de que o homem luta, desde

priscas eras, para desvendar os mistérios entre o bem e o mal, a saber: Isaías, Confúcio, Buda, Pitágoras e Zaratustra.

É interessante atribuir, como o faz, a Buda, Isaías e Zaratustra, pensamentos políticos, visto que foram mais líderes religiosos, mas é também notável verificar que a religião e a política se entrelaçam, ao ponto de o Velho Testamento ser para os historiadores um compêndio da história política dos judeus.

O que impressiona é o fato de que suas idéias, como já disse, influenciam a história política de seus povos, muito embora os dois outros pensadores, que tentaram aplicar sua teoria (Pitágoras e Confúcio), fracassassem de forma desconcertante, ao ponto de Pitágoras ter sido desmoralizado como Conselheiro do tirano de Crotona e Confúcio pela introdução filosófica da burocracia nos sistemas de governo.

O bem e o mal, todavia, representam a marca da luta política, que conforma o direito, sendo que a percepção, nesta dimensão correta, só foi apresentada pelos filósofos gregos e, particularmente, pelos três que dominaram a dominam a filosofia até hoje (Platão, Aristóteles e Sócrates).

Os três filósofos dividem os governos --o que se torna nítido em Aristóteles, que sintetiza o pensamento dos demais-- em bons ou maus. Não é a forma de exercício do poder ou a forma de conquista que torna um governo bom ou mau, mas o seu exercício.

Tanto é verdade que a classificação de um governo como bom ou mau independe das formas distintas de conquista e de exercício.

De rigor, numa subdivisão mais ampla, são os governos separados em seis grupos, a saber: monarquia, aristocracia e politia, formas boas, e democracia, oligarquia e tirania, formas más.

A monarquia é a melhor das formas boas e a tirania a pior das formas más, pois ambas representam governo de um homem só. Se bom o governo, a monarquia é excelente porque o homem bom, que governa, não tem problemas a dividir para obter consenso, mesmo com homens bons. Se mau, ocorre o contrário, não havendo limite do exercício do poder.

A segunda forma boa de governo é a aristocracia, ou seja, o governo de poucos, que se opõe à segunda forma menos ruim de governo, que é a oligarquia, também governo de poucos.

Se os poucos dirigentes forem bons, tendem a criar um governo não tão bom quanto o da monarquia, posto que a média a ser ponderada gerará, fatalmente, uma solução menos perfeita que a de um só bom homem, sem contestação. Se os homens forem ruins, haverá a tendência de tomarem, também, pela média ponderada, decisões menos ruins do que aquela tomada por um déspota.

Por fim, a pior forma de governo bom é o da politia, ou seja, o governo do povo bem escolhido, que, por buscar um consenso, terá que fazer maiores concessões. Nesse caso, fatalmente as soluções não serão tão boas quanto as de um governo de um homem só ou de poucos.

E a menos ruim das formas más é a democracia, posto que aquela em que a participação geral entre homens bons e maus fatalmente gera menos males que a tirania ou oligarquia.

É verdade que os filósofos --principalmente os três atenienses-- raciocinaram a partir da cidade grega, cidade-estado, em que o individualismo do povo se une às pequenas concentrações de poder e em que a liberdade dos cidadãos existe, mas circunscrita à diminuta parcela da população não-escrava, com o que o conceito de "cidadania" e da especial "soberania" da época é, de certa forma, maculado pela democracia de poucos vivendo sobre a escravidão de muitos.

O próprio conceito de "democracia", governo do povo, como forma ruim, contracenando com a "politia", governo da cidade e não do povo, demonstra a concepção, ao mesmo tempo lata e restrita de seu formulador, visto que o povo é considerado apenas como povo, mesmo que só de cidadãos na democracia (demo) e na politia, o povo é considerado no governo, a partir de sua dimensão maior de pátria, de cidadania, de cidade (polis).

Compreende-se, pois, nesta percepção, a resistência de Sócrates, que não quer fugir, gozando a oportunidade que se lhe oferece ou de Aristides, que aceita o exílio, por ser um homem voltado para o conceito superior de poder, exercido só por homens nobres.

Mais tarde, já na percepção de Políbio, historiador grego que vive em Roma, quando do domínio desse império, o conceito de democracia abrange as boas e más formas de governo, pois é o governo do povo.

O que importa, todavia, concluir é que esta concepção de forma de governo termina antecedendo, no campo da reflexão filosófica, a forma de Estado, uma das quatro grandes vertentes da meditação jurídico-constitucional (forma de Estado, forma de governo, mecanismos para que os cidadãos controlem o Estado e direitos e garantias individuais, sociais e políticos).

Os gregos, que chegam a celebrar acordos entre cidades-estados com real predominância de algumas delas sobre as outras, em nível de confederação (Atenas e Esparta lideram dois grandes complexos de cidades-estados durante a guerra do Peloponeso), importam-se menos na conformação da forma de Estado e mais na personificação da forma de governo, no que, talvez, tenha residido parte de seu fracasso institucional, a que não se furta o próprio Alexandre, filho e discípulo político de Felipe e cultural de Aristóteles, pois, à sua morte, o império idealizado se divide em três, antes de ser pulverizado.

Em verdade, a extraordinária contribuição grega à formulação de teorias, que se discutem até hoje, configura-se mais no terreno da reflexão acadêmica do que na "praxis" política, não sendo sem razão que exatamente a "cidade-estado", que mais contribuição cultural oferta ao mundo até os dias correntes, é aquela que não suporta o assédio de um rude e agressivo povo da península, sucumbindo, na guerra do Peloponeso, à maior vivência guerreira e política dos espartanos, mestres no exercício da guerra e na detenção do poder.

-V-

A concepção política moderna tem, todavia, uma contribuição fantástica de três pensadores, nada obstante sua contribuição à luz daquela ofertada pelos gregos ser de menor relevo. São eles Montesquieu, Hegel e Marx.

Montesquieu, ao escrever o seu "Do espírito das leis", fá-lo a partir de duas realidades que o impressionam vivamente, a saber: o sucesso político do modelo inglês e a absoluta descrença na natureza humana.

Do modelo inglês tira, pelas lições de Locke e por sua observação pessoal, a certeza de que o controle exercido pela monarquia e pelo povo sobre o Parlamento e o Gabinete ofertaria a estabilidade necessária à harmonia de poderes, posto que ninguém poderia exercê-los de forma absoluta, em função dos freios e contra-freios inerentes ao sistema.

Montesquieu introduz, de forma didática, o estudo da tripartição dos poderes, acrescentando à observação da experiência inglesa e aos ensinamentos de Locke o Poder Judiciário como poder independente.

É interessante notar que a lição inglesa --não permitindo seja realçado o Poder Judiciário, visto que o exercício da administração da justiça, na tradição costumeira insular, é menos dádiva do Estado e do monarca que um direito conquistado pelo povo-- leva Montesquieu a nele descortinar um complexo orgânico formado a partir da "praxis" dos romanos, pela influência do pretorianismo semi-independente e da lição dos bárbaros e povos autóctones, cuja experiência milenar tornara o direito repetitivo.

Não se esquece, por outro lado, da presença da Igreja até a Reforma. Assim, não obstante a época de Montesquieu o poder-dever de julgar e a certeza da administração de justiça tenha evoluído, na Inglaterra, a

razoável grau de independência, Locke não chega a descortinar força própria de separação, como o faz Montesquieu.

Montesquieu intui a importância de tal independência, na medida em que a natureza humana é fraca e a fraqueza, a serviço da força do poder, provoca, decorrencialmente, a prática de uma justiça injusta.

A necessidade, portanto, de o poder controlar o poder, fá-lo separar o exercício de feitura das leis (Poder Legislativo), de execução das normas (Poder Executivo) e de interpretação oficial do direito e aplicação da Justiça (Poder Judiciário). Ao dizer: "Acontece sempre que todos os homens, quando têm poder, se inclinam a seu abuso, até encontrar limites" e ao concluir que é necessário que o "poder constitua um freio para o poder", sintetiza sua concepção a partir da descrença na natureza humana.

À clássica tipologia externa dos governos bons ou maus, assim como governos monárquicos, aristocráticos ou democráticos, ou ainda na preocupação da época, a sua divisão em repúblicas, monarquias e governos despóticos, acrescenta-se, em Montesquieu, a tipologia interna da divisão dos poderes, quaisquer que sejam as formas exteriores apresentadas. Sua pessoal visão exclui, entretanto, os governos despóticos, isto porque a tripartição apenas se torna possível em governos moderados.

É Montesquieu criticado no período, porque se entendia que o poder dividido não é poder, não sendo acionável, convenientemente, nos momentos de crise nacional, em face dos próprios freios criados. O tempo veio demonstrar, todavia, que há mecanismos capazes de dar eficiência

maior de funcionamento ao sistema misto que ao poder absoluto e concentrado.

A figura de Hegel foi aquela que, a seguir, exerceu maior influência sobre o pensamento político. Menos por suas próprias idéias e mais pelo fascínio exercido sobre Karl Marx, o grande provocador do mundo na era contemporânea.

Historiador e filósofo, procura sintetizar, em suas "Lições de filosofia da História", as quatro correntes de pensamento político diferenciado, a que denominou de "mundo oriental, helênico, romano e germânico", não obstante toda sua filosofia ser dirigida para soluções ternárias, enfeitado que sempre foi pela harmonia do número três.

Aceita Hegel, como Montesquieu, a perfeição dos governos moderados, com inclinação para a chamada monarquia constitucional. Apenas diferencia sua formulação da de Montesquieu --de quem foi discípulo intelectual e admirador-- ao pretender ver a tripartição de poderes entregue ao monarca, ao poder governante e ao poder legislativo, sendo que a unidade de tal governo tripartido se cristalizaria na figura do monarca, capaz, portanto, de sustentar a indivisibilidade do Estado e impossibilitar sua destruição.

No modelo constitucional hegeliano não se atribui maior importância ao Poder Judiciário, posto que a atividade jurisdicional seria mera função administrativa.

Acredita, pois, Hegel na natureza humana e a unificação de sua divisão de poderes na figura do monarca bem demonstra ter visto nele figura mais angelical que humana.

A experiência demonstra, no entanto, que o pessimismo de Montesquieu era mais adequado à realidade política que o idealismo de Hegel, ambos, entretanto, aceitando a tese de que o Estado representa, como afirma Bobbio, um instrumento positivo na formação do homem civil, para quem seus fins poderiam ser assim sintetizados: Platão (justiça), Aristóteles (bem comum), Leibnitz (felicidade dos súditos), Kant (liberdade), Hegel (máxima expressão do ethos de um povo).

Marx, é, finalmente, o grande pensador político, que, de forma acientífica, exerce influência sobre o mundo moderno. Enquanto Hegel teoriza a política, em suas minúsculas particularidades, criando tipologia própria para o fenômeno estatal e o exercício do poder, tal tipologia inexiste na obra de Marx, esvaindo-se por seus diversos escritos e, principalmente, por sua atuação política.

Nascido em Tréves, em 1818, uma das regiões mais acolhedoras da Europa (Vale do Marselha), tem educação adequada, que o leva inclusive à poesia pelas mãos do Barão von Westphalen, de quem conquista a cultura romântica e o coração da jovem filha Jenny.

Aos dezessete anos vai para Bonn e muda-se um ano após para Berlim, a fim de cursar a Universidade. Berlim transcende Hegel em 1840 e Marx recebe o impacto de toda sua harmônica filosofia idealista, impacto que o lançaria em profunda crise, de que só foi tirado ao adotar concepção pessoal, que se torna definitiva após a aliança com Engels, este também

saído dos impactos hegelianos. Ambos atribuem a Hegel o primeiro grande esforço abrangente para o processo universal de transformação e desenvolvimento, na tentativa de demonstrar ser orgânico tal processo.

Em rigor, a organicidade desse processo de transformação é durante toda a vida o tema fundamental do pensamento marxista.

De Berlim parte Marx para Colônia e de lá passa a ser um peregrino em terra alheia, principalmente após se transformar em jornalista com a surpreendente coragem de dizer verdades inconvenientes, mas com o incrível mau humor de não saber dizê-las e --o que é pior-- de apresentar soluções ainda menos convenientes que as verdades inconvenientes.

Galbraith define a essência das reações que sua atuação desastrosa provoca: "Alemanha, França, Bélgica se uniam na crença de que Marx era um excelente cidadão para outro país qualquer".

Sua vida retrata, portanto, a luta travada, sendo que quanto mais a perseguição se faz, tanto mais seus escritos explodem em frustração, metamorfoseando seu pensamento indomável em soluções descompassadas, que têm descompassado o mundo até hoje. Coagido ao exílio permanente e aos financiamentos sobrevivenciais de Engels, vê aumentar, simultaneamente, a precariedade de sua saúde e a irritação decorrencial extravasada em escritos cada vez mais contundentes contra a insensibilidade social da época.

Sua nobre e desventurada mulher o acompanha, nos momentos difíceis, que melhoraram a partir dos recursos advindos de artigos escritos para jornais não-socialistas dos Estados Unidos e de uma herança recebida, no melhor estilo dos regimes capitalistas. Tais adminículos da burguesia permitem-lhe melhorar de situação em Londres, porém não o suficiente para reduzir seu mau humor, a essa altura amplificado pela cultura plena, que lhe possibilitava a freqüência à Biblioteca do Museu Britânico.

Os escritos de Marx, portanto, realçam atuação política, reação psicológica pessoal à incompreensão e peculiar universalidade adquirida da convivência com os escritos de Hegel, que, a meu ver, o influenciaram mais que Engels, o ativista filósofo, exteriorizador e veiculador das criações de Marx.

O que ainda não foi suficientemente estudado em todo o pensamento político de Marx é a influência do idealismo de Hegel e das reações a seus escritos. A primeira, permitindo-lhe a compreensão da universalidade do processo orgânico de transformação do mundo, mas de forma nitidamente teórica. Hegel acredita no Estado e no ser humano; portanto, seus escritos recendem tal crença. Marx, não. Reproduz a técnica e o pensamento de Hegel de forma diferente. Marx não acredita no ser humano atual, mas no ser humano a ser educado, em processo hegeliano, por uma nova teoria geral que eliminaria os detentores do poder, principalmente do poder econômico, os quais subordinam os operários de todo o mundo e ele em particular. As segundas, ou seja, as desproporcionais reações dos poderes constituídos à sua forma de pensar, provocam nele idêntica contrapartida manifestada em seus livros e artigos, cuja virulência cresce, de forma cada

vez mais nítida e mais deletéria, em relação às instituições da época, sobejamente injustas.

Desta maneira, é impossível a análise do pensamento marxista sem se analisar a frustração do homem e a influência exercida, às avessas, por um filósofo, que pautava seus escritos por crença superior na humanidade e nos valores da época.

Marx quer produzir anjos futuros, que desnecessitem de governos, mas, para tanto, precisaria gerar uma nova humanidade, diferente daquela existente até então. Seu projeto é, portanto, um projeto laboratorial em que os homens seriam recriados, eliminando-se uns e reformando-se outros, justificando os fins --a serem conferidos no futuro-- os meios amorais utilizáveis no presente.

Em tal projeto Marx distancia-se de Hegel que, acreditando no ser humano, pretende, por um processo orgânico de evolução da história --e não de revolução-- melhorar continuamente as próprias instituições políticas. Hegel está fora da realidade por atribuir valor superior ao Estado e aos homens que o dirigem. Marx também, por acreditar no homem futuro produzido a partir de experiências laboratoriais exercidas amoralmente sobre o homem presente.

Marx, todavia, influencia, como ativista e filósofo, todo o pensamento político, favorável ou desfavorável, neste século, tendo rotulado os

governos de metade dos países do mundo até 1989 --que se diziam marxistas, mas que na verdade só sobreviviam por não serem estritamente marxistas-- na técnica sangrenta de assunção do poder, já hoje bem mais sofisticada do que aquelas que a história humana conheceu em regimes não-democráticos.

-VI-

Todas estas considerações históricas objetivam mostrar que o homem, na busca pelo poder, não é confiável, sendo o poder absoluto, como dizia Lord Acton, capaz de gerar a corrupção absoluta. Nos Estados de Direito não democráticos, o poder se justifica pela sua detenção, no que Maquiavel tinha razão ao dizer que bom era o governante, mesmo que mau, se sustentador do poder, e o mau governante, mesmo que bom, se incapaz de sustentá-lo.

Não sem razão, Helmut Kuhn declarou ser o Estado uma mera estrutura do poder e apenas, acidentalmente, o esqueleto da sociedade, porque não existe "Estado", mas "Governos" e Carl Schmitt, em sua teoria das oposições, dizia que o objeto da Ciência Política é o estudo da oposição entre o amigo e o inimigo.

Por esta razão, é que, nos Estados Democráticos de Direito, a lei objetiva fundamentalmente controlar o poder e, como dizia Jhering, só se justifica a força da lei se ela for aplicável a governantes e governados por igual, o

que Hart, de forma mais abrangente, hospeda em sua concepção de Direito.

Apenas a lei pode reduzir o nível de inconfiabilidade do "bom" no poder e a principal das leis para esta finalidade é aquela que regula o acesso ao poder, principalmente, no que diz respeito aos meios econômicos para atingí-lo.

Por esta razão, também, é que a iniciativa do Ministro Carlos Mário Velloso de estudar, com um grupo de juristas e cientistas políticos, a melhor legislação eleitoral para o país objetivou, fundamentalmente, reduzir a força do poder econômico e de meios menos recomendáveis de acesso à opinião pública, a fim de tornar o mais equilibrada possível as eleições para cargos majoritários ou representativos.

E foi objetivando tal finalidade que propus, para financiamentos de campanha, a sugestão abaixo exposta e levada a todos os membros da Comissão:

"SUGESTÃO DE TEXTO LEGISLATIVO"

ARTIGO 1º: *Na declaração de rendimentos da pessoa física poderá ser deduzido o valor das doações feitas a partidos políticos ou candidatos a eleições proporcionais e majoritárias até o limite de X %.*

ARTIGO 2º: *Serão admitidas como despesas operacionais das pessoas jurídicas, as contribuições e doações a partidos políticos e candidatos a eleições proporcionais e majoritárias até o limite de X %.*

ARTIGO 3º: *As deduções a que se referem os artigos anteriores apenas serão permitidas se o contribuinte obtiver, além do recibo ou declaração do donatário atestando a importância entregue, a comprovação de que os recursos doados foram aplicados na campanha, sem prejuízo das investigações que a autoridade tributária ou eleitoral determinar para verificação do fiel cumprimento da lei, inclusive junto aos beneficiários.*

ARTIGO 4º: *O percentual mencionado independe de quaisquer limites impostos pela legislação para outras espécies de deduções ou abatimentos asseguradas por lei.*

ARTIGO 5º: *A justiça eleitoral estabelecerá o limite máximo de doação que cada candidato ou partido político poderá receber em cada eleição e os mecanismos para devolução, em caso de ser este ultrapassado.*

JUSTIFICATIVA

A técnica de considerar as despesas dedutíveis, para efeitos de cálculo do lucro tributável das empresas ou dedução dos rendimentos brutos das pessoas físicas no concernente ao imposto sobre a renda, é fartamente utilizada para as mais variadas finalidades, inclusive, em países desenvolvidos, quanto as campanhas eleitorais.

A adoção de um percentual pequeno a ser admitido como despesa operacional seria um estímulo às pessoas jurídicas para o financiamento da propaganda política.

As pessoas físicas abateriam, por outro lado, de seus rendimentos brutos um percentual, também pequeno.

Segundo o texto sugerido tais deduções ou abatimentos só seriam admitidos após ter, o candidato beneficiário, prestado contas ao doador, indicando os meios de divulgação ou de campanha em que aplicou a doação recebida, comprovantes estes que seriam conservados com o contribuinte ou enviados, simultaneamente, à Receita Federal e à Justiça Eleitoral.

Por outro lado, estabelecer-se-ia um teto máximo para cada candidato receber doações, devendo, o que ultrapassasse, ser devolvido, sob pena de cassação do mandato ou não diplomação.

Por este mecanismo, permitir-se-ia o controle simultâneo da Justiça Eleitoral, da Receita Federal e do Contribuinte sobre os financiamentos de campanha".

Como redação final de texto legislativo, após discussão do grupo, sugeri para compor o artigo 33 do Anteprojeto redação conciliatória:

"Art. 33. As doações, em dinheiro, por pessoa física até 5% da soma dos rendimentos tributáveis, e por pessoa jurídica até 2,5% do lucro tributável, são dedutíveis na declaração anual do imposto sobre a renda".

-VII-

Nada obstante o meu ceticismo sobre a natureza humana no poder, é certo também que o Estado, como dizia Norberto Bobbio em seu "Estudos sobre Hegel", é um mal necessário que mais declara do que assegura direitos, idéia que desenvolveu em outro livro "A Era do Direito", mas que permite, como "coação organizada", no dizer de Jhering, a convivência do conflito das relações humanas, com todas suas grandezas e misérias.

Tenho plena convicção, nada obstante a rejeição de minha proposta pelo Congresso, que se a tivesse considerado, como todo o projeto da Comissão presidida pelo eminente Ministro Carlos Mário Velloso, teríamos uma legislação mais confiável, com um acesso ao poder mais controlado pela sociedade e menos dirigido pelo poder econômico e pelos que têm livre acesso aos meios de comunicação.

A não recepção da proposta no Congresso, não representa que a batalha esteja perdida, mas que apenas foi postergada. Tenho esperanças, todavia, de que um dia o bom senso há de prevalecer, podendo-se fiscalizar as campanhas econômicas com a participação do doador, pelo benefício que terá na doação, da Receita Federal e principalmente da Justiça Eleitoral, com o duplo apoio da sociedade. Por esta razão, como dizia o poeta, deve-se perdoar os políticos de hoje por aqueles melhores que virão.

São Paulo, Outubro de 2001.

IGSM/mos
A2001-90 REFLEXOES CONST SOBRE FINANC CAMPANHAS